

## Economia Solidária no Vale do São Francisco: a Relação entre Empreendimentos Solidários e Poder Local na Perspectiva do Desenvolvimento Endógeno

### *Solidarity Economy in the San Francisco's Valley: the Relationship between Solidarity and Local Power in Endogenous Development Perspective*

**José Raimundo Cordeiro Neto**

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil, cordeironeto@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/6756568431205288>

**Ariadne Scalfoni Rigo**

Universidade Federal da Bahia, Brasil, ariadne.rigo@ufba.br, <http://lattes.cnpq.br/2648340817180242>

**Airton Cardoso Cançado**

Universidade Federal de Tocantins, Brasil, airtoncardoso@yahoo.com.br, <http://lattes.cnpq.br/7076992579962891>

#### Resumo

O presente artigo tratou da relação entre Economia Solidária e desenvolvimento endógeno, considerando o elo do poder local como condição necessária para a efetivação das contribuições dos EES na configuração territorial de novos processos econômicos. Como âmbito de observação e investigação, o Vale do São Francisco, especialmente as microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, foi a área de estudo escolhida em virtude das particularidades delineadas entre economia e trabalho nesse território. O levantamento de dados secundários, sobretudo do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES foi o principal recurso utilizado para dar corpo à tarefa de verificar os aspectos centrais do objeto de estudo, teoricamente projetados. Como resultados obtidos, o presente trabalho permitiu sistematizar um conjunto significativo de variáveis que expressam a relação entre os EES estudados e a estrutura de poder local no âmbito territorial de análise.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária, Poder Local, Desenvolvimento Endógeno.

#### Abstract

This paper aims to discuss the relationships between solidary economy and endogenous development. The discussions and outcomes consider the links between local power as a necessary condition for the creation of contributions of EES in new territorial configuration of economic processes. As part of the research, the San Francisco Valley Region was chosen because of its peculiarities outlined between the economy and labour in this territory. The survey of secondary data, particularly the National Information System on Solidarity Economy - SIES was the main resource used to sustain the task of verifying the central aspects of the studied object, theoretically designed. As results, this systematic study allowed a significant number of variables that express the relationship between ESS and the structure of local government in the territorial scope of analysis.

**Key-Words:** Solidarity Economy, Local Power, Endogenous Development.



## 1 INTRODUÇÃO<sup>i</sup>

Na pretensão de ser uma fonte de alternativas de organização econômica e social engendrada dentro do capitalismo, mas buscando superá-lo, a Economia Solidária apresenta uma dimensão diretamente vinculada ao poder local. Isso porque suas práticas envolvem algum tipo de decisão, ao menos em termos potenciais, quanto à maneira de uma determinada comunidade conduzir suas relações econômicas em uma dada dimensão territorial e sobre qual o tipo de desenvolvimento a ser buscado para o território. Nessa perspectiva, o poder local é visto como sistema organizado de consensos da sociedade civil num espaço limitado e envolve a questão básica de como a sociedade decide o seu destino e constrói a sua transformação, por meio da participação e do envolvimento na resolução dos seus problemas (DOWBOR, 2008a).

Compreender como as questões relacionadas ao poder local se dão no âmbito do conjunto de Empreendimentos de Economia Solidária – EES existentes no Vale do São Francisco, especialmente nas microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, é o intuito deste trabalho. Adota-se a concepção de que a Economia Solidária pode ser experimentada pelos territórios como um processo de busca do desenvolvimento endógeno, tal como Furtado (1984) o qualifica, em função da orientação social e política efetivada por uma comunidade em relação às atividades produtivas realizadas no seu interior. Sobre o contexto territorial da pesquisa, é válido pontuar que as duas microrregiões estudadas estão localizadas às margens do Rio São Francisco, e compreendem 15 municípios, ligadas entre si pela proximidade geográfica e pela sociedade e economia da agricultura irrigada, que concentram atividades nas duas cidades, agrupando uma população de cerca de 800 mil habitantesii.

A metodologia utilizada na pesquisa da qual resultou a presente comunicação fez uso dos dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (SIES, 2009). Ainda o IPEADATA (2009) foi utilizado como fonte de dados secundários. Cabe considerar, entretanto, que o projeto de investigação sobre a relação entre os EES do Vale do São Francisco e a estrutura de poder local desse território é mais amplo, sendo aqui explorados apenas os dados secundários disponíveis como fonte de indagações que podem orientar aprofundamentos numa agenda de pesquisa proposta para a região.

Inicia-se por tratar, em termos gerais, da relação entre as condições de trabalho na área pesquisada e alguns aspectos da economia solidária desenvolvida na mesma, o que constitui a próxima seção, seguindo esta introdução. O levantamento e discussão de um referencial adequado à abordagem desejada está posto na segunda seção, centrando-se no eixo economia solidária – poder local – desenvolvimento endógeno. No terceiro momento, expõem-se os dados resultantes da exploração junto ao banco de informações do SIES, que permitem a observação de alguns elementos centrais quanto ao objetivo da pesquisa. Finalmente, a quarta e última seção apresenta as considerações finais sobre o tema.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO: TRABALHO E ECONOMIA NO VALE DO SÃO FRANCISCO**

Região com notável crescimento econômico desde as últimas décadas do século XX, o Vale do São Francisco tem destaque na economia nordestina, marcado pela presença da fruticultura exportadora desenvolvida graças aos projetos públicos de irrigação.

Uma parte da dinâmica dessa economia local pode ser visualizada por meio dos dados sobre os dois principais conjuntos de municípios compreendidos na área ligada à agricultura irrigada. Do lado do estado da Bahia, a microrregião de Juazeiro, e, no estado de Pernambuco a microrregião de Petrolina, concentram as referidas atividades agrícolas e demais empreendimentos correlacionados ao agronegócio.

Essas duas microrregiões apresentaram leves acréscimos, ao longo da década passada (1991 – 2000), em termos de participação na demografia de seus estados (Tabela 01). Mesmo sem recorrer ao saldo migratório das mesmas, esse quadro indica a presença de fatores positivos na capacidade do território em fixar um número considerável de habitantes: 407,5 mil na microrregião de Juazeiro-BA e 349 mil na microrregião de Petrolina-PE, em 2000. A Tabela 01 detalha um pouco mais estes dados.

**Tabela 01 - Evolução da participação das Microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE na população dos estados da Bahia e de Pernambuco (respectivamente 1991- 2000)**

	1991	%	1996	%	2000	%
ESTADO DA BAHIA	11.867.991	100,00	12.541.675	100,00	13.070.250	100,00
Microrregião de Juazeiro	342.550	2,89	388.448	3,10	407.501	3,12
Restante do Estado	11.525.441	97,11	12.153.227	96,90	12.662.749	96,88
ESTADO DE PERNAMBUCO	7.127.855	100,00	7.399.071	100,00	7.918.344	100,00
Microrregião de Petrolina	272.090	3,82	310.678	4,20	349.098	4,41
Restante do Estado	6.855.765	96,18	7.088.393	95,80	7.569.246	95,59

Fonte: IPEADATA (organização própria).

O crescimento populacional verificado na tabela anterior está associado ao dinamismo do crescimento econômico da região em foco. Como se pode verificar nos dados da Tabela 02, a geração de riquezas na área estudada mostrou-se crescente nos últimos 15 anos do século passado e nos primeiros anos deste, com algumas modificações na contribuição das microrregiões Juazeiro-BA e Petrolina-PE para o Produto Interno Bruto (PIB) de seus estados. Entre 1985 e 2006, elevou-se de 1,61% para 2,52% a proporção do PIB baiano constituída pela microrregião de Juazeiro e de 2,47% para 4,29% a parcela do PIB do estado de Pernambuco devida à microrregião de Petrolina (Tabela 02).

**Tabela 02: Evolução da participação das Microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE no PIB dos estados da Bahia e de Pernambuco (respectivamente 1985 - 2006)**

	1985	%	1996		2006	
ESTADO DA BA	44.628.090,14	100,00	42.634.380,82	100,00	57.323.218,30	100,00
Microrregião de Juazeiro	717.345,21	1,61	616.898,72	1,45	1.442.691,61	2,52
Restante do Estado	43.910.744,93	98,39	42.017.482,10	98,55	55.880.526,69	97,48
ESTADO DE PE	21.856.066,81	100,00	27.645.095,15	100,00	32.951.074,76	100,00
Microrregião de Petrolina	539.410,25	2,47	722.420,84	2,61	1.413.967,97	4,29
Restante do Estado	21.316.656,56	97,53	26.922.674,31	97,39	31.537.106,79	95,71

Fonte: IPEADATA (organização própria).

A taxa de ocupação da mão-de-obra, por sua vez, no conjunto dos municípios estudados não apresenta grandes diferenciais em relação aos contextos estaduais aos quais pertencem nem em relação ao âmbito regional do Nordeste Brasileiro.

Inclusive, apresentaram a mesma tendência vivida, na década de 1990, pelos estados de Bahia e Pernambuco - como em toda a região nordestina - de redução do percentual da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada (de 94% para 85% no Nordeste como um todo). Essa constatação, visualizada na Tabela 03, leva à compreensão de que, apesar de sua capacidade para atrair e manter um contingente populacional crescente, as microrregiões da fruticultura irrigada também enfrentam problemas significativos do ponto de vista da inclusão produtiva da força de trabalho presente no território.

**Tabela 03: População Economicamente Ativa e População Ocupada no Nordeste, Bahia, Pernambuco e Microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE (1991- 2000)**

	1991			2000		
	PEA	Pop. Ocupada (PO)	PO/PEA	PEA	Pop. Ocupada (PO)	PO/PEA
NE	14.762.579	13.803.982	0,94	77.467.473	65.629.892	0,85
BA	4.165.376	3.843.515	0,92	5.613.079	4.581.594	0,82
Micror. de Juazeiro	109.502	102.570	0,94	163.360	138.672	0,85
PE	2.533.329	2.334.999	0,92	3.242.771	2.648.179	0,82
Micror. de Petrolina	100.351	93.508	0,93	148.819	127.521	0,86

Fonte: IPEADATA (organização própria).

Mesmo a parcela da mão-de-obra que logrou inserir-se no ambiente produtivo da agricultura irrigada, carro chefe do mercado de trabalho local, vivencia situações comprometedoras do desenvolvimento naquele espaço. A mão-de-obra empregada no segmento agropecuário é na sua maioria de origem local, onde as condições do mercado de trabalho ocasionam baixos valores de remuneração. O estudo de Rigo; Santiago; Carvalho (2006) evidencia problemas no que diz respeito à qualificação dos trabalhadores para as atividades, ainda que muitas dessas últimas sejam manuais, reiterando, ainda, os aspectos levantados anteriormente por Cavalcanti (1997), quanto à temporalidade dos contratos e as formas precárias de recrutamento e remuneração da mão-de-obra no setori.

Em termos de renda domiciliar per capita, a situação da insuficiência de renda é demonstrada na Tabela 04, a seguir. Percebe-se que, no ano 2000, apenas um município (Juazeiro-BA) na microrregião de Juazeiro, apresentava renda per capita

domiciliar superior ao estado do qual faz parte. Em relação aos valores nacionais, a distância chega a ser exorbitante, com destaque para os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Sento Sé, detentores das menores cifras. Na microrregião de Petrolina, a situação se repete: comparados ao estado de Pernambuco, os rendimentos por habitante são inferiores em todos os municípios, exceto para o município de Petrolina.

**Tabela 04: Evolução da renda domiciliar *per capita* no Brasil, nos estados da Bahia e de Pernambuco e nos municípios das microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE (1991- 2000)**

	1991	2000	Variação (%)		1991	2000	Variação (%)
BRASIL	230,30	297,23	29,06				
BAHIA	119,71	160,18	33,81	PERNAMBUCO	141,3	183,76	29,99
Microrregião de Juazeiro – BA				Microrregião de Petrolina – PE			
Campo Alegre de Lourdes	57,09	62,98	10,31	Afrânio	50,77	71,17	40,19
Casa Nova	78,01	88,76	13,78	Cabrobó	85,37	112,54	31,83
Curaçá	70,12	95,15	35,68	Dormentes	42,85	65,67	53,26
Juazeiro	110,05	175,14	59,15	Lagoa Grande	71,18	102,82	44,45
Pilão Arcado	30,21	46,38	53,49	Orocó	76,39	98,86	29,40
Remanso	61,65	96,92	57,21	Petrolina	149,60	201,23	34,51
Sento Sé	75,89	71,77	-5,42	Stª M. da Boa Vista	93,31	104,22	11,69
Sobradinho	123,14	135,5	10,05				

Fonte: IPEADATA (organização própria).

Percebe-se, por meio dos dados anteriores, grande concentração de renda em dois municípios dentre os listados acima: Juazeiro-BA e Petrolina-PE, que são quase contíguos geograficamente, divididos apenas pelo Rio São Francisco. O tipo de desenvolvimento que eleva algumas cifras da região, sobretudo o PIB, tem ocorrido de forma a exacerbar as desigualdades sociais. Nesse particular, o contexto interno do próprio pólo concentrador (os dois municípios referidos) é ilustrativo do problema, como demonstra Cordeiro Neto (2009), com base em dados do IPEA: em 2000, eram 46,80% da população vitimados pela pobreza e 21,62% de indigentes. Se bem que esses percentuais sejam inferiores aos que vigoravam no início dos anos 1990, o autor chama a atenção para o fato de que 10,25% das famílias possuem mais da metade da renda constituída por transferências governamentais, o que denuncia que não foi a lógica integradora do mercado local a única responsável pela relativa melhora no quadro nos últimos dez anos. A desigualdade,

especialmente, aparece nos dados organizados pelo estudo citado, quando se observa que a participação dos 40% mais pobres do pólo, na riqueza do território, foi reduzida do nível já ínfimo de 9,19% em 1991 para pouco mais de 7% no ano 2000iv.

De certa forma, tais circunstâncias são propícias ao surgimento de empreendimentos solidários, embora não sejam seus determinantes. Ali, teriam esses empreendimentos o desafio de organizar a vida econômica de diversos agentes sob outros moldes, com capacidade mais real para satisfazer as necessidades humanas mais recorrentes no território, sobretudo a carência de atribuir dignidade e sentido de auto-realização à atividade produtiva dos sujeitos que a executam.

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA, PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**

#### **3.1 Economia Solidária**

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, define Economia Solidária como “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (MTE, 2006, p. 11). Essa definição institucional destaca, complementarmente, quatro importantes características da Economia Solidária: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Notadamente, qualquer conceituação nessa área deve observar que os estudos sobre o campo da Economia Solidária devem considerar a diversidade de experiências e de contextos pesquisados, diante dos quais os pesquisadores e interventores precisam estar atentos (FRANÇA FILHO, 2004). Na percepção de Singer (2002), a Economia Solidária engloba uma diversidade de empreendimentos que vão desde organizações sociais dos setores marginalizados da economia até grandes cooperativas que atendem aos objetivos comuns de empresários e produtores de um mesmo setor.

Para França Filho (2002, p. 13), os empreendimentos de economia solidária são “experiências que se apóiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais”. Sob este aspecto, a economia solidária se relaciona com outras possibilidades de se viver em sociedade, não se restringindo às esferas do Mercado e do Estado.

Analisando o caso brasileiro, França Filho (2006a), mostra que a economia solidária tem um vínculo importante com a tradição de uma economia popular, situação diferente da França, onde o conceito está intimamente ligado ao processo histórico da economia social (CHANIAL; LAVILLE, 2006). Desta forma, no caso brasileiro, alguns autores preferem tratar deste campo como economia popular e solidária, como França Filho (2006a) e Arroyo; Schuch (2006).

França Filho (2002), particularmente, destaca que a economia solidária pode ser entendida como uma re-atualização histórica da economia social na medida em que traz de volta a dimensão política, “esquecida” pela economia social, tendo em vista sua divisão inicial entre mutualismo, cooperativismo e associativismo, inclusive em termos de legislação.

Uma outra perspectiva, abordada por Coraggio (2000) e Gaiger (2000), caracteriza a economia solidária como uma alternativa aos setores populares, com a organização associativa dos trabalhadores sendo uma saída para sobreviver ao neoliberalismo. Existem ainda outras concepções de economia solidária. Alguns autores, como Arruda (1996), por exemplo, a entendem como um “outro modo de vida”, em que os valores percebidos vão muito além da competição característica da sociedade capitalista.

Outra vertente entende o movimento em questão como uma alternativa ao modo de produção vigente. Este grupo, do qual faz parte Paul Singer (2002), acredita ser possível que outras relações entre os seres humanos sejam possíveis, para além da divisão internacional do trabalho.

Mesmo que ainda não exista um conceito definitivo de Economia Solidária, conforme já advertia Singer (2002), o que se tem debatido acerca do tema apresenta alguns consensos, sobretudo quanto à autonomia do trabalhador enquanto gestor do empreendimento. A autogestão seria, portanto, condição básica para que os empreendimentos possam ser caracterizados como de Economia Solidária. Compartilham dessa opinião autores como França Filho (2002), Justino (2002), Singer (2002) e França Filho, Laville (2004). Por sua vez, Lisboa (2005, p. 109) tem opinião diferente, segundo a qual, a condição que caracterizaria a economia solidária estaria vinculada ao objetivo da gestão, pois esses empreendimentos poderiam abrir mão da maximização dos resultados convencionais, “em função de uma perspectiva social e ecológica, tendo uma postura solidária dentro das trocas mercantis”. Parece razoável, então, entender que, mesmo que não seja uma única



característica definidora dos empreendimentos como de economia solidária, a autogestão tem aí papel central.

Este trabalho está alinhado à percepção de França Filho (2002) em relação à defesa de uma economia popular solidária, no contexto brasileiro, que pode ser considerada como uma alternativa ao desemprego. Em relação à autogestão, adota-se a postura da maioria dos autores citados, a saber, de que a autogestão é condição relevante para a caracterização de um empreendimento como de economia solidária.

Considera-se que tal tema merece atenção pela evolução que os Empreendimentos de Economia Solidária têm representado em termos de resultados e número de atores envolvidos no Brasil. No último mapeamento da SENAES, em 2007, foram cadastrados 21.859 empreendimentos, que envolvem a participação direta de 1,68 milhões de pessoas (MTE, 2009).

Em relação às políticas públicas relacionadas à economia solidária, França Filho (2006b) identifica duas correntes principais: uma de concepção insercional competitiva e outra, de concepção sustentável solidária. A primeira concepção percebe na economia solidária uma possibilidade de inserir uma massa de trabalhadores no mercado de trabalho, sob a forma de novos micro e pequenos empreendedores, levando à acomodação dessa economia informal nos marcos institucionais regulatórios de uma economia de mercado. A segunda, por sua vez, reconhece a importância das outras correntes, porém, trabalha com a construção de estratégias territoriais de desenvolvimento, buscando fomentar outra cultura econômica e a construção de circuitos socioprodutivos locais integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar (como a perspectiva da criação de redes, por exemplo).

É nessa última concepção, de Economia Solidária como uma dimensão que compreende mais do que aspectos econômicos - mas também associa à esfera da produção de meios materiais, elementos de outras ordens - que se pode encontrar uma conexão forte entre os empreendimentos solidários e a promoção de um tipo particular de desenvolvimento: o desenvolvimento endógeno. Neste particular, o território passa a ser um ator essencial no processo de desenvolvimento e deixa de ser visto como um mero espaço de atividades econômicas ou sociais (LLORENS, 2001). Para França Filho (2007, p. 223), a promoção do desenvolvimento territorial deve considerar soluções coletivas e privilegiar novas formas de regular as relações

econômicas e sociais, pautadas pelo o que o autor chama de “via sustentável-solidária do desenvolvimento”.

### 3.2 Desenvolvimento Endógeno e Poder Local

Conforme Furtado (1984, p. 108), “a endogeneidade outra coisa não é senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas”. Trata-se de um desafio especialmente complexo no caso da periferia latino-americana, haja vista o descompasso entre as necessidades de sua população e a orientação do processo econômico balizado pelas exigências externas dos mercados globais e pelo efeito imitação das elites locais, buscando reproduzir padrões de produção e consumo típicos das sociedades de capitalismo avançado (FURTADO, 1984).

Como se percebe, a abordagem acima vincula fortemente a Economia às questões sociais e políticas, encerrando a mesma posição manifestada pelas propostas de desenvolvimento alternativo. A propósito, nessas últimas, Santos e Rodriguez (2005, p. 46), destacam:

Contra a idéia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos – sociais (v.g igualdade), políticos (v.g participação democrática), culturais (v.g, diversidade étnica), e naturais (v.g meio ambiente) -, o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores.

O realinhamento da relação entre economia e sociedade, todavia, enfrenta a capacidade do processo de acumulação para criar valores a sua própria lógica, como enfatiza Celso Furtado (1984, p. 107), ou seja, a sua “autonomia para auto-reproduzir-se”. Não fosse essa capacidade e os problemas atuais que permeiam a realidade de países como o Brasil, provocados pela inclusão subordinada do país na globalização econômica, já teriam feito ruir as práticas neoliberais dos quais resultam. De fato, Dowbor (2008a, p. 22), assinala:

somos um país que ainda conta com dezenas de milhões de subnutridos, um setor informal que representa a metade da população ativa, imensos atrasos no nível de formação da mão de obra. Por trás das formas organizativas delinea-se, portanto, um grande objetivo: reinserir de forma digna, no desenvolvimento econômico e político, a população esmagada pelos modelos econômicos elitistas. Não há modernização possível sem este objetivo, e se trata, grosso modo, de sólida metade da nossa população, e não de "bolsões" de pobreza, como têm sido caracterizados.

É esse tipo de permanência, de graves desequilíbrios sociais ao lado de políticas que só aprofundam a situação, que leva Furtado (1984) a voltar a atenção para os mecanismos de manutenção desse paralelo aparentemente irracional, do ponto de vista dos interesses nacionais de auto-determinação:

Como escapar à armadilha da “racionalidade econômica” que, entre nós, opera inexoravelmente no sentido de favorecer aqueles que controlam o poder? A resposta é simples: modificando as bases sociais de sustentação desse poder. Vale dizer: assegurando uma participação efetiva no processo político dos segmentos sociais vitimados pela referida racionalidade econômica. Nenhum avanço real é exequível sem desenvolvimento político, sem democratização substantiva, sem a presença organizada na esfera política de amplos segmentos da sociedade civil, particularmente da massa trabalhadora. Nosso real atraso é político e não econômico.

Aqui, é possível desenvolver claramente a perspectiva de associação da economia solidária com a construção de uma economicidade regida como meio de atendimento às necessidades reais de uma população. Afinal, não seriam os empreendimentos solidários constituídos em função de uma outra racionalidade econômica, resultado da organização da sociedade civil, em especial dos trabalhadores? Conquanto essa relação seja bastante explorada na literatura abordada anteriormente, mostra-se fundamental enfatizar o elo necessário entre a economia solidária e a reconstrução do processo econômico de nações como o Brasil: as formas de participação dos EES nos mecanismos de decisão dos seus territórios.

Mesmo não abordando o assunto nesses termos, Furtado (1984) enumera, entre os três principais modelos de promoção do desenvolvimento endógeno vivenciados por iniciativas de países periféricos até sua época, a autogestão como componente do modelo de coletivização dos meios de produção. Para ele essa coletivização poderia dar-se por meio da planificação centralizada (ao nível nacional), da autogestão (ao nível das unidades produtivas) ou mediante uma combinação desses dois padrões. Na avaliação do autor, mesmo destinando-se a reestruturar as relações de poder na nação e estabelecer uma racionalidade mais abrangente que a dos mercados, a coletivização, por quaisquer das formas apresentadas, tem um sério desafio a vencer: “a planificação centralizada tem sido um instrumento eficaz para introduzir modificações nas estruturas econômicas, mas não assegura a plena ativação do potencial produtivo. A autogestão procura corrigir essa limitação, mas restringe o horizonte da racionalidade à unidade operativa” (FURTADO, 1984, p. 120)<sup>vi</sup>. Cabe indagar, porém, se no caso da Economia

Solidária, a articulação entre EES diversos no território nacional não seria capaz de fazer emergir uma lógica de acumulação nacional orientada conforme os delineamentos traçados pelo conjunto organizado, uma vez que a cooperação geral é uma meta desse tipo de produção alternativa (SINGER, 2005).

Diante do exposto, reforça-se, aqui, a escolha pela investigação da capacidade dos empreendimentos de economia solidária em forjarem novas configurações das relações de poder nos territórios em que atuam. Como pano de fundo para tal indagação está o pressuposto de que a Economia Solidária fornece um conjunto de experiências com potencial de provocar mudanças significativas na racionalidade econômica predominante do desenvolvimento. Apesar da devida potencialidade, o desafio tratado por Celso Furtado precisa ser considerado como central: “a retomada do desenvolvimento, se um processo endógeno, também requer a criatividade no plano político. Esta somente se manifesta quando, à aguda percepção do momento histórico, adiciona-se um elevado ingrediente de vontade coletiva” (FURTADO, 1984, p. 28).

Sendo assim, a questão passa a ser como pensar a influência dos empreendimentos de economia solidária nas relações de poder. Dada a territorialidade desses agentes, com suas dinâmicas ancoradas sobre um determinado âmbito de atuação centrado nas relações com agentes locais, faz sentido abordar a discussão proposta acima a partir do conceito de poder local. A adoção desse caminho não significa abandonar a evidência de que as redes nas quais se inserem os EES podem, e geralmente o fazem, extrapolar limites municipais, estaduais, regionais e, até mesmo, nacionais. Implica, ao invés disso, eleger o espaço local como locus de observação dos processos a serem investigados. Este posicionamento vai ao encontro da opinião de Fischer (2002, p. 13) de que “o universo de análise [do poder local] é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado a várias escalas de poder [municipal, estadual, nacional e interorganizacionais], consideradas isoladamente ou em conjunto, em um ou mais territórios”.

Complementarmente, vale apontar os dois aspectos antagônicos, sobre o conceito de “local”, percebidos por Fischer (2002, p. 14). Tal conceito engloba, ao mesmo tempo, tanto uma noção espacial e delimitada, como algo em movimento e abstrato. De um lado, o local pode ser identificado como um espaço geográfico, uma

microrregião, um município. Do outro lado, a idéia de local indica a interação de grupos sociais “que articulam e se opõem em torno de interesses comuns”.

É preciso considerar, desse modo, que dadas as heterogeneidades dos grupos de agentes, seria inócua conceber o local como elemento no qual a harmonização total de interesses pudesse ser efetivada. Todavia, isso não elimina as possibilidades de que os mesmos venham a estabelecer consensos, ainda que parciais e relativamente instáveis, sobre determinados aspectos da realidade que partilham. Dowbor (2007, p. 87) expressa essa possibilidade como uma necessidade, cujo equacionamento estaria atrelado ao que denomina por princípio da colaboração:

O que está despontando com cada vez mais força, é que somos condenados, se quisermos sobreviver, a desenvolver formas inteligentes de articulação entre os diversos objetivos econômicos, sociais, ambientais e culturais, e conseqüentemente formas inteligentes de colaboração entre os diversos atores que participam da construção social destes objetivos. O deslocamento sísmico consiste na gradual substituição do paradigma da competição pelo paradigma da colaboração.

Para o autor, o princípio da colaboração poderia, por conseguinte, ser utilizado como instrumento para que o sistema de decisão na sociedade fosse verdadeiramente permeado pela participação direta dos cidadãos. Mais do que o exercício da democracia indireta ou representativa, os atuais problemas com que se deparam as comunidades exigiriam o empoderamento das pessoas e instituições locais, quebrando o paradigma de decisões verticalizadas, onde o fluxo de transformações segue de cima para baixo. Citando Jonh Friedman, Dowbor (2007, p. 43), destaca os conceitos de governança participativa e política socialmente enraizadas, como instrumentos centrais no desenvolvimento do poder local e pontua a necessidade de gerar processos decisórios nos quais os poderes sejam “manejados localmente, restituídos às unidades locais de governança e ao próprio povo, organizado nas suas comunidades”.

Corroborando com os argumentos em defesa das oportunidades abertas pelo poder local, se bem que reconhecendo os seus limites, Oliveira (2001), põe como eixo de desenvolvimento a recuperação da iniciativa e da autonomia na gestão do bem comum, de um governo que esteja “ao alcance das mãos dos cidadãos”. Na sua abordagem, demonstra a necessidade de extrapolar a dimensão material da vida social nas estratégias de desenvolvimento e romper com o tratamento

economicista que se limita à acumulação e que considera ser possível mensurar a cidadania:

[...] a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de “desenvolvimento local” e ela aparece como resgate da *ágora* grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

Referenciando-se na relação, já previamente discutida, entre economia solidária e o desenvolvimento endógeno, considere-se, agora, que uma virtuosa contribuição dos EES na reorientação do modelo atual de acumulação passa pela atuação dos mesmos nos sistemas de poder local em seus territórios. Por outro lado, se tais empreendimentos resumem seu exercício à dimensão estritamente produtiva, podam boa parte da capacidade potencial que manifestam para a transformação das condições econômicas atuais. Nos termos de Furtado (1984, p. 123), poder-se-ia dizer que contribuiriam menos para a finalidade de levar a sociedade, a brasileira no caso, a “ganhar autonomia na ordenação das atividades econômicas, visando à redução das desigualdades sociais que parecem segregar necessariamente a civilização industrial em sua propagação periférica”.

Para avançar no tratamento dos EES como alternativa de produção que incorpora a dimensão defendida no que respeita a essa esfera política, correspondente ao poder local, é razoável partir do que Santos; Rodriguez (2005) propõem como teses sobre as alternativas de produção. Praticamente todas as teses propostas pelo autor têm conexão com a dimensão política das alternativas de produção. Em função disso, a observação da participação dos EES em novas formas de configuração de poder local, deveria incluir a todas. Porém, neste estudo, o conjunto de informações do qual se dispõe sobre os agentes pesquisados permitirá apenas que se incorporem algumas das teses apresentadas como diretrizes de observação<sup>viii</sup>. Mesmo possibilitando, ainda que com tal limitação, um tratamento adequado do objeto de estudo por ora priorizado, vale esclarecer que a agenda de pesquisas sobre a relação entre os EES e o poder local no Vale do São Francisco não se esgota com essa primeira aproximação. Deverá prosseguir explorando níveis mais profundos da questão, estágio no qual se privilegiarão metodologias de pesquisa com dados primários e tratamentos mais qualitativos dos mesmos.

Cabe, por fim desta seção, apresentar e justificar a opção pelas teses escolhidas, entendidas como vetores de indicação da relação entre os EES na área de estudo e a configuração do poder local naquele espaço. O Quadro 01 procurou resumir este propósito.

A partir deste quadro de referência e do conjunto de abordagens e escolhas realizadas em termos teóricos, parte-se, na próxima seção para a exploração dos dados disponíveis sobre os EES das microrregiões selecionadas como território investigado e uma breve discussão de pontos em uma agenda de pesquisas em Economia Solidária na região.

A partir deste quadro de referência e do conjunto de abordagens e escolhas realizadas em termos teóricos, parte-se, na próxima seção para a exploração dos dados disponíveis sobre os EES das microrregiões selecionadas como território investigado e uma breve discussão de pontos em uma agenda de pesquisas em Economia Solidária na região.

#### **Quadro 01 - Teses e vetores de indicação da relação entre os EES no Vale do São Francisco**

<b>Teses</b>	<b>Relação com os EES, tomada para o estudo</b>
Tese 1: As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos	A integração entre processos econômicos, culturais, sociais e políticos, na experiência de um EES, de fato, torna a iniciativa mais promissora ao gerar resultados que se diferenciam do convencional apresentado pelo mundo empresarial capitalista. Atividades extra-produtivas têm também a capacidade de fazer o EES agir mais diretamente sobre a identidade dos indivíduos organizados.
Tese 2: O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e apoio mútuo	A inserção em redes de colaboração e apoio mútuos fortalecem o capital relacional em torno do EES e, não raras vezes, amplia seus laços de reciprocidade e acesso a recursos externos que possam fortalecer a sua posição, bem como ressignificá-lo na dinâmica local, atribuindo-lhe maior legitimidade aos olhos das demais instituições.
Tese 3: As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado	Atuar dentro do Estado reflete uma ação política de canalizar recursos públicos para a finalidade das ações empreendidas. E manter-se autônomo através de alguma atuação que se desenvolva independentemente do Estado tem o mérito de resguardar a integridade da alternativa e mantê-la a salvo das flutuações do ciclo político (SANTOS; RODRIGUEZ, 2005)
Tese 4: As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala	As diferentes escalas de atuação permitem um nível de interação entre o local e o global, que pode engendrar sistemas de aprendizado significativos, pelo rompimento com o isolamento e limite a alternativas já em curso na própria região.
Tese 5: A radicalização da democracia participativa e da democracia	A democracia participativa exercitada em âmbito interno ao EES compreende uma efetivação da participação

econômica são duas faces da mesma moeda	dos agentes num sistema de decisões que antes lhes poderia parecer alheio. De todo modo, aí se exercita uma espécie de cidadania imprescindível para o que a sociedade necessita enquanto democracia econômica.
---	---

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Santos; Rodriguez, (2005).

## 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E PODER LOCAL NO VALE DO SÃO FRANCISCO

### 4.1 Panorama dos EES no Território em Análise

As duas microrregiões estudadas têm ensaiado, cotidianamente, a tentativa de organizar a vida e o trabalho nos moldes da Economia Solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, levantou um total de 212 EES nas duas áreas, sendo 133 (62,74%) na microrregião de Juazeiro-BA e 79 (37,26%) na de Petrolina-PE. Em ambas, predominam as associações e, em segundo lugar, os grupos informais, conforme se pode observar na Tabela 05, que segue.

**Tabela 05 - Quantidade de EES levantados nas microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, segundo a forma de organização (2007)**

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	Grupo informal	Associação	Cooperativa	Soc. mercantil de cap. e indústria	Outra	TOTAL
Microrregião de Juazeiro – BA	33	95	3	1	1	133
Microrregião de Petrolina – PE	16	55	8	0	0	79
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>150</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>212</b>

Fonte: SIES (organização própria).

O número de pessoas envolvidas (membros) com a Economia Solidária, nesses empreendimentos, chega a 8.954, constituído de 35,43% de mulheres e 64,57% de homens, conforme se pode observar na Tabela 06, abaixo, que distribui entre os municípios do território o total de membros dos EES. Os municípios nos quais existe maior quantidade de indivíduos inseridos nessa forma de organização social são: Curaçá-BA (15,04% do total de participantes das duas microrregiões), Santa Maria da Boa Vista-PE (12,37%), Dormentes-PE (12,04%) e Juazeiro-BA (10,04%).

**Tabela 06: Número de membros dos EES das microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, por município (2007)**

	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL	%
Microrregião de Juazeiro – BA	1.773		2.536		4.309	



Campo Alegre de Lourdes	180	5,67	0	0,00	180	2,01
Casa Nova	72	2,27	172	2,97	244	2,73
Curaçá	504	15,89	843	14,58	1.347	15,04
Juazeiro	433	13,65	466	8,06	899	10,04
Pilão Arcado	95	2,99	170	2,94	265	2,96
Remanso	153	4,82	431	7,45	584	6,52
Sento Sé	97	3,06	206	3,56	303	3,38
Sobradinho	239	7,53	248	4,29	487	5,44
<b>Microrregião de Petrolina – PE</b>	<b>1.399</b>		<b>3.246</b>		<b>4.645</b>	
Afrânio	386	12,17	284	4,91	670	7,48
Cabrobó	59	1,86	119	2,06	178	1,99
Dormentes	242	7,63	836	14,46	1.078	12,04
Lagoa Grande	124	3,91	157	2,72	281	3,14
Orocó	243	7,66	554	9,58	797	8,90
Petrolina	259	8,17	274	4,74	533	5,95
Santa M <sup>a</sup> da Boa Vista	86	2,71	1.022	17,68	1.108	12,37
<b>TOTAL</b>	<b>3.172</b>	<b>100,00</b>	<b>5.782</b>	<b>100,00</b>	<b>8.954</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIES (organização própria).

A próxima tabela apresenta os tipos de atividades coletivas desenvolvidas nos estabelecimentos tratados. É notório que 71,23% deles (151 unidades) executem o uso compartilhado entre os sócios de equipamentos (máquinas e ferramentas) e 70,28% (149 unidades) desenvolvam atividades que incluem o compartilhamento de alguma infra-estrutura (prédio, armazém, etc). Além desses dois tipos de atividade, ainda é comum nos EES da região, a produção coletiva (em 43,87%), a comercialização de bens e/ou serviços (em 35,38%) e a troca de produtos ou serviços (em 28,77%). Outras formas de ações coletivas encontram-se na Tabela 07.

**Tabela 07: Atividades coletivas realizadas nos EES das microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE (2007)**

Tipo de Atividade	(1)*	(2)*	(3)*	(4)*	(5)*	(6)*	(7)*	(8)*	(9)*	(10)*
Microrregião de Juazeiro – BA	68	58	102	104	26	33	22	51	08	02
Microrregião de Petrolina – PE	25	17	49	45	14	10	10	10	17	01
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>75</b>	<b>151</b>	<b>149</b>	<b>40</b>	<b>43</b>	<b>32</b>	<b>61</b>	<b>25</b>	<b>3</b>

Fonte: SIES (organização própria).- \*Nota: (1) Produção; (2) Comercialização – venda; (3) Uso de equipamento(s) (máquinas, ferramentas etc.); (4) Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc); (5) Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos; (6) Prestação do serviço ou trabalho; (7) Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as); (8) Troca de produtos ou serviços; (9) Poupança ou crédito; e (10) Outra.

Sobre os dados acima, pode-se dizer que os mesmos permitem visualizar parte da dinâmica da Economia Solidária no Vale do São Francisco. Observa-se,

como exposto, num panorama de dificuldades encontradas pelos segmentos populares para participarem efetivamente da produção e consumo de riquezas no território, um conjunto de esforços no sentido de encontrar meios de inserção por formas alternativas de organização. Para se pensar em que medida essas iniciativas podem carregar o embrião de um processo alternativo de desenvolvimento para o território, faz-se necessário pensar nas formas de participação efetiva no poder local, entendido como atributo do sistema de decisões na abrangência de atuação dos agentes em foco.

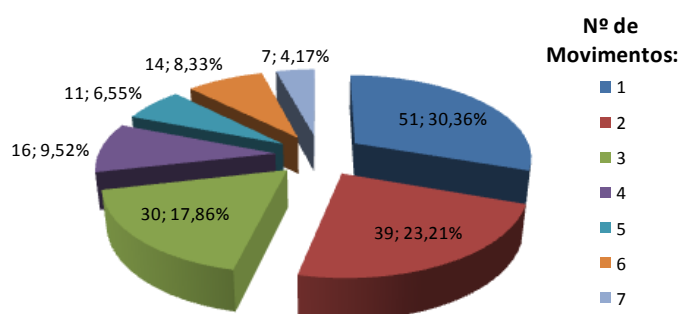
Como meio para essa observação, utilizaram-se as respostas dadas pelos devidos empreendimentos a algumas questões específicas do questionário utilizado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, no seu levantamento. Estas questões consistem em: a) Se o EES participa de algum movimento social e/ou comunitário; b) Se o EES participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária; c) Se o EES participa de alguma rede ou fórum de articulação; d) Se o EES teve algum tipo de apoio fornecido por órgãos governamentais; e) A que escala se destina a produção de bens e/ou serviços do EES; e f) Quais as formas de participação dos sócios nas decisões do EES. Nas análises do próximo tópico, algumas destas questões foram agrupadas. A seleção desses itens se deve à perspectiva tomada com base nas teses sobre as alternativas de produção propostas por Santos; Rodríguez (2005) e sumariadas no Quadro 01, já apresentado.

### 3.2 Economia solidária e poder local no Vale do São Francisco

- **Participação dos EES em movimentos comunitários/populares e desenvolvimento de ações comunitárias**

Dentre os 212 EES estudados, 168 ou 79,25% participam de pelo menos um movimento comunitário ou popular. Mais da metade (53,57%) dos 168 inseridos nesse rol participa de no máximo dois movimentos, 17,86% participam de três e 28,57% são participantes de 4 a 7 movimentos (Figura 01).

**Figura 01 - Distribuição dos EES das Microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA de acordo com o Número de Movimentos Comunitários/Populares dos quais participam (2007)**

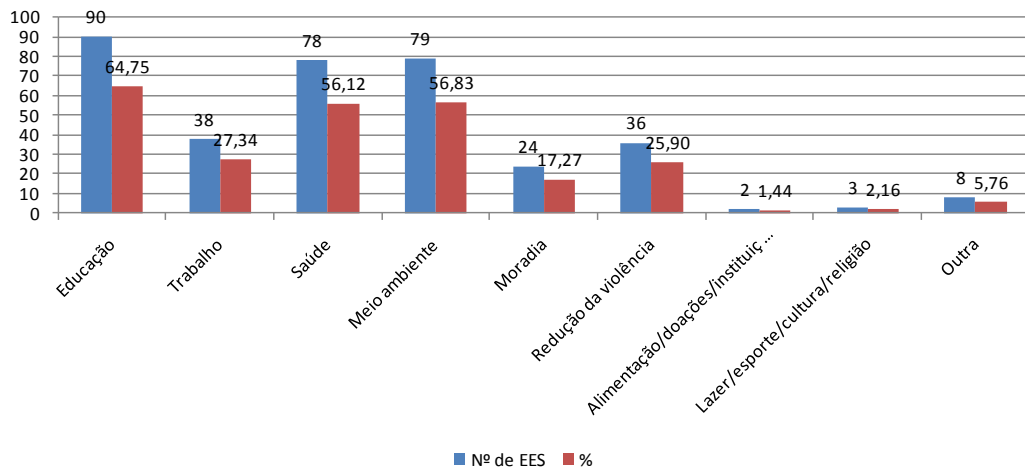


Fonte: organização própria; dados do SIES.

Os EES que praticam pelo menos um tipo de atividade social ou comunitária totalizam 139 unidades nas duas microrregiões, o que corresponde a 65,57% dos 212 registrados pelo SIES. Pode-se considerar que os quase 35% de empreendimentos que não estão atrelados a ações dessa natureza compreendem uma parcela de dimensão não desprezível, o que contraria a comum associação da Economia Solidária com as questões coletivas para além da dinâmica econômica mais direta.

Pela distribuição do número de unidades que praticam as referidas ações (Figura 02), constata-se que a maioria (90 ou 64,75% dos 139) volta-se para atividades na área de educação, 79 (56,83%) apresentam algum trabalho relacionado ao meio ambiente e 78 (56,12%) atuam no âmbito da saúde. Trabalho, redução da violência e moradia também são dimensões desenvolvidas por um número expressivo de EES, respectivamente 27,34%, 25,90% e 17,27%. É válido destacar que um mesmo EES geralmente têm ações que perpassam por mais de uma dessas áreas. De fato, 94 deles (67,63% dos que praticam tais atividades) apresentam formas de atuação que envolve entre duas e seis das referidas áreas.

**Figura 02 - Distribuição dos EES das Microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA de acordo com as Áreas de Atividades Comunitárias que realizam (2007)**



Fonte: dados do SIES (organização própria).

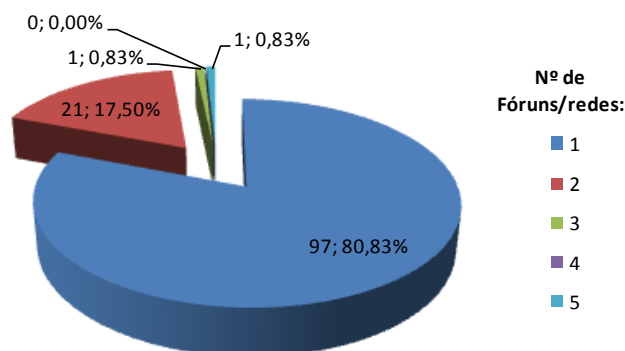
Nesse sentido, pode-se ressaltar a importância da preocupação com fatores que não são exclusivamente de caráter econômico, mas também com aspectos extra-econômicos, como os sociais e os culturais, os quais são vistos como aspectos do desenvolvimento territorial e endógeno. Estas iniciativas, além de caracterizarem relativa responsabilidade com o território ou comunidade, possibilitam a criação e manutenção de laços que potencializam a articulação dos recursos internos e externos aos EES.

Ainda, o fortalecimento das relações comunitárias pode revelar potencialidades para a efetivação dos esforços de desenvolvimento endógeno. No entanto, precisam ser articuladas e fortalecidas pela promoção de processos participativos implementados por instituições, programas ou projetos de intervenção ou engendrados exclusivamente pelos atores de território.

- **Participação em redes ou fóruns de articulação dos EES**

No que concerne à articulação dos EES em alguma rede ou fórum (Figura 03), tem-se que 56,60% deles (120 unidades) encontram-se articulados em pelo menos uma dessas formas. Desses últimos, a quase totalidade mantém-se vinculada a apenas uma rede ou fórum (97 ou 80,83%) e 21 (17,50%) estão em duas redes ou fóruns simultaneamente. A presença em três e cinco fóruns, concomitantemente, são maneiras de articulação que contam com um EES cada.

**Figura 03 - Distribuição dos EES das Microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA de acordo com o Número de Redes ou Fóruns de Articulação dos quais participam (2007)**



Fonte: dados do SIES (organização própria)

A mobilização de atores está relacionada às capacidades de inovar, de levar adiante determinados empreendimentos, de negociar, de cooperar e de agir coletivamente, assim como de atuar de forma estratégica em prol dos objetivos comuns. De acordo com Llorens (2001), tais capacidades podem ser encontradas nas instituições, em função da sinergia surgida de esforços na construção de parceria entre elas. Isso sem contar que a própria capacidade de constituir uma rede é essencial para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento local.

A suposta articulação dos atores ou instituições permite aumentar substancialmente os esforços e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades do alcance efetivo do desenvolvimento local. Complementando esta concepção, Bandeira (2000) indica a importância da participação e interação dos atores locais durante o processo de desenvolvimento local.

#### • Formas de participação dos sócios nas decisões do EES

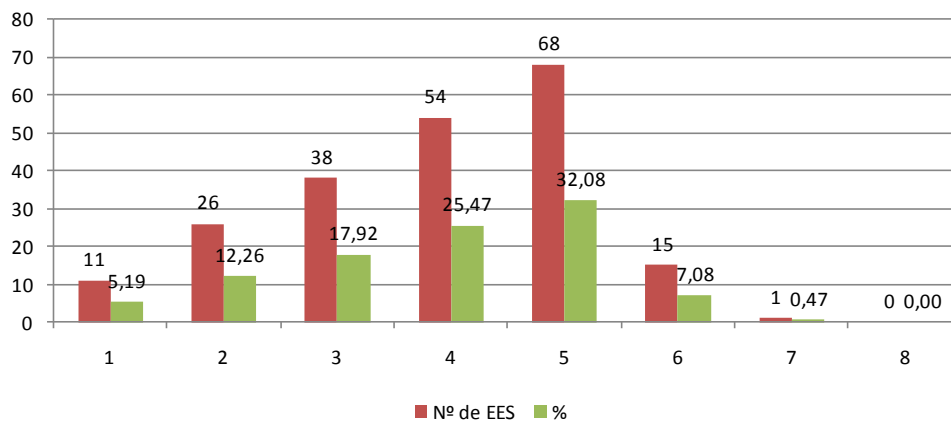
Além da articulação intra e extra-territoriais, a participação interna aos EES também se mostra relevante na concretização de ações e na formação do ambiente democrático necessário à configuração de poderes locais numa lógica mais inclusiva.

Para levantar as formas de participação realizadas pelos membros dos EES no interior dos mesmos, o SIES apresenta sete possibilidades não excludentes: participação nas decisões cotidianas; prestação de contas aos sócios em assembléia geral; eleição da diretoria em assembléia geral; acesso aos registros e informações; decisão sobre o destino de sobras e fundos; plano de trabalho definido em assembléia geral; contratações e remunerações definidas em assembléia geral.

Entende-se que quanto maior a quantidade dessas formas de participação utilizadas pelo EES, mais amplo se apresenta o exercício interno de democracia. O inverso, a reduzida quantidade dessas práticas sendo realizadas indica severas restrições à contribuição do estabelecimento à efetivação da democracia econômica e política.

Verificou-se nas microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, que 64,62% dos EES pesquisados fazem uso de quatro ou mais das formas de participação acima (137 empreendimentos). A prática de cinco daquelas formas é o tipo de participação que mais reúne EES (68 unidades ou 32,08% do total), como apresentado no Figura 04.

**Figura 04: Distribuição dos EES das Microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA de acordo com o Número de Formas de Participação Interna dos Membros (2007)**

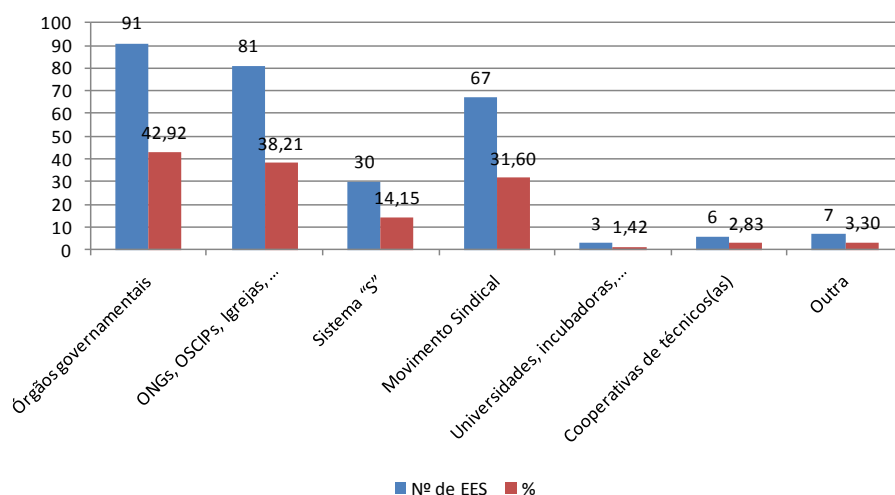


Fonte: dados do SIES (organização própria).

- **Apoio de órgãos governamentais recebido pelos EES**

Embora o recebimento de algum tipo de apoio tenha sido verificado em muitos EES (177 ou 83,49% dos 212), apenas 91 (42,92% dos 212) o receberam de algum órgão governamental. Contudo, o apoio do governo aos empreendimentos estudados é o tipo mais comum entre os 177 referidos. A participação de ONGs e OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários também é freqüente. Por outro lado, chama atenção a reduzida presença de universidades no contexto analisado (Figura 05).

**Figura 05: Distribuição dos EES das Microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA de acordo com a Origem do Apoio Recebido, dentre Aqueles que Recebem algum Apoio (2007)**



Fonte: dados do SIES (organização própria).

A título de esclarecimento, os atores públicos são, em geral, autoridades municipais e estaduais, mais próximas do território, ou mesmo entidades nacionais. Além destas, são também considerados atores públicos as universidades, institutos de capacitação, instituições financeiras públicas etc. Os atores privados são, principalmente, sindicatos, empresas privadas, cooperativas, centros de capacitação e universidades privadas, bem como organizações não-governamentais. Para o autor França Filho (2007), a articulação e o desenvolvimento do território resulta da profícua articulação estratégica de atores locais.

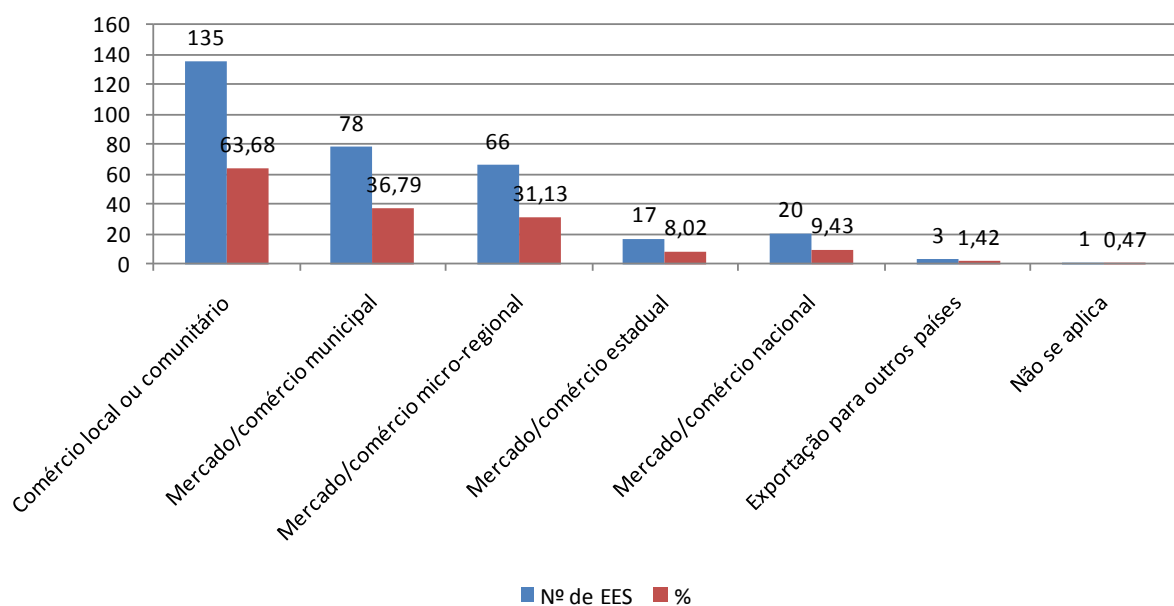
Vale ressaltar, neste ponto, a importância que o poder público, ou melhor, que as políticas públicas têm assumido nas últimas décadas no que diz respeito à economia solidária. De acordo com França Filho (2007), muitas são as experiências de órgãos públicos no sentido de estimular a economia solidária ou empreendimentos solidários específicos, principalmente por meio das prefeituras municipais. Tais experiências apontam para o redenho da relação entre políticas públicas, principalmente as voltadas para o desenvolvimento local, e as comunidades para as quais elas são elaboradas.

Sendo assim, as informações coletadas permitem dizer que no Vale do São Francisco há espaço considerável para uma atuação mais efetiva do poder público das diferentes esferas, municipal, estadual e nacional, tendo em vista o reduzido apoio destes órgãos, no sentido tanto de provimento de recursos como de programas e projetos mais planejados e duradouros.

- **Escala de destino da produção de bens e/ou serviços do EES**

Neste último item levantado pelo SIES, com uma preocupação mais diretamente econômica, percebe-se reduzido percentual de EES do território estudado que conseguem projetar seus produtos nos mercados estadual, nacional e internacional. Ao mercado estadual, nacional e internacional chegam, respectivamente, apenas 8,02%, 9,43% e 1,42% dos 212 estabelecimentos levantados (Figura 06).

**Gráfico 06: Distribuição dos EES das Microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA de acordo com os mercados de inserção da produção realizada - 2007**



Fonte: dados do SIES (organização própria).

Aqui, identifica-se um aspecto que merece atenção por parte das políticas públicas ou mesmo de ações de intervenção de atores institucionais privados. O fomento e a sustentabilidade dos EES, entendidos como estratégias de desenvolvimento do território, devem considerar tanto sua inserção em mercados locais como as possibilidades de ampliação desta inserção que, como visto, não tem sido relevante dentre os EES da região pesquisados.

#### 4 CONSIDERAÇÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS NA REGIÃO

A concepção de desenvolvimento focada neste trabalho está relacionada com a temática da economia solidária e do poder local, num círculo virtuoso. Em suma, grande parte das diferentes ações e intervenções nos territórios em prol do seu desenvolvimento endógeno se baseiam na constituição de empreendimentos de



economia solidária dos mais variados tipos, tais como: cooperativas populares de diferentes ramos, associações, grupos de trabalho como os de artesãos, mulheres, jovens, os quais podem conferir significativa influência no poder local, potencializando novas formas de desenvolvimento.

Em nível teórico, este artigo buscou delinear uma forma de pesquisar a relação entre economia solidária e desenvolvimento alternativo que considerasse, necessariamente, a interação entre os EES e o poder local como elo entre os dois fenômenos. Nas referências utilizadas, encontraram-se razões suficientes para apoiar a investigação a respeito dos empreendimentos solidários das microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, no Vale do Rio São Francisco, nas informações descritas na seção anterior.

Ao que os dados indicam, dois são os principais pontos que imprimem caráter bastante favorável à participação dos EES pesquisados e o poder local de seu território: a) o fato de que processos culturais, sociais e políticos pertencem à experiência da grande parte desses EES's, mais do que a dimensão econômica, caráter conferido pela participação dos mesmos em movimentos sociais e populares; e b) o exercício da democracia no interior das suas organizações, conferido pelo fato de que as práticas de participação são numerosas e diversas. Por outro lado, são indicadores a serem refletidos e a sofrerem intervenção com vistas a potencializar os empreendimentos em questão: a) o percentual ainda expressivo de EES que se mantêm alheios a praticarem atividades de cunho social ou comunitário fora da atividade coletiva propriamente dita; b) o fato de pouco mais da metade das unidades observadas estarem articuladas em fóruns ou redes e, ainda assim, aquelas que o fazem, estão quase na totalidade associadas a apenas um; c) a insuficiente cobertura do apoio de órgãos governamentais aos EES, implicando menor acesso dos mesmos aos recursos públicos; e d) o limitado alcance, em termos de escala de atividade, da grande maioria dos empreendimentos, quase sempre circunscritos a mercados locais e microrregionais.

As discussões iniciadas neste trabalho apontam para uma oportuna agenda de pesquisa a ser desenvolvida na região em destaque sobre as questões enfatizadas, seja por sua diversidade, seja por seus indicadores da Economia Solidária. Sabe-se que dentre diversas estratégias possíveis, em prol do desenvolvimento territorial, tem-se destacado a promoção de Redes Locais de Economia Solidária. Exemplo disso são as ações executadas por meio de

Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, como ocorre no trabalho pioneiro da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

De acordo com França Filho; Cunha (2009, p. 728), “uma rede de economia solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos”. As redes de economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento territorial têm apostado na prática de um outro “agir econômico”, articulando “iniciativas de bases-produtivas, democráticas e solidárias” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 165-166).

Assim, um segundo ponto de uma agenda de pesquisas para a região no âmbito da economia solidária consiste, justamente, em considerar no âmbito de investigações posteriores a idéia de economia plural (LAVILLE, 2009), a qual parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e a natureza admitem uma pluralidade de princípios econômicos que vão além daquele da concepção formal de economia, qual seja: a orientação para o ganho, típico da economia de mercado.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F.C. **Economia popular e solidária**: alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente)
- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento regional-local**: determinantes e desafios contemporâneos, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 23-128.
- CAVALCANTI, J. S. B. **Frutas para o mercado global**. São Paulo: Estudos Avançados, 1997.
- CHANIAL P.; LAVILLE J-L. A economia social e solidária na França. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- CORDEIRO NETO, J. R. Ruralidade e gestão territorial do desenvolvimento no Pólo Juazeiro - Petrolina. Crato-CE, 2009. (Especialização em Desenvolvimento Regional).
- CORRAGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.) **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Salvador: Vozes, 2000. p.133-141.
- DOWBOR, L. **O que é poder local?** Disponível em: <http://dowbor.org/livros.asp>. Acesso em 05/03/2008a.
- \_\_\_\_\_. **Democracia Econômica**. Disponível em: <http://dowbor.org/livros.asp>. Acesso em 05/03/2008b.
- FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão Social e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Slavador-BA. Casa da Qualidade, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre: **Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.

\_\_\_\_\_. Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2006a.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2006b.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p.9-19, jun., 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean-Louis **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GAIGER, Luís Inácio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Salvador: Vozes, 2000. p.191-198.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão regional. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1). Acesso em 18/06/2009.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. IPEADATA. Disponível em: [WWW.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em 15/05/2009.

JUSTINO, Maria José Cooperativismo popular: reinvenção de laços de solidariedade pela universidade cidadã. In: JUSTINO, Maria José (Org.) **Incubadora tecnológica de cooperativas populares: a experiência da UFPR**. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia plural. In CATTANI, A. D. et. al.(Orgs) **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009, p. 145-149.

LISBOA, Armando Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**. Pensata. v. 45, n. 3, 109-115, jul/set. 2005.

LLORENS, Francisco Albuquerque. Novas políticas territoriais e funções da gestão local do desenvolvimento. In. Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. p. 135-160.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Número de EES**. Disponível em < <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasES.html>>. Acesso em 24 Jul. 2009.

\_\_\_\_\_. **Atlas da Economia Solidária no Brasil** (2005). Brasília: 2006.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; PGPC/EAESP/FGV, 2001. 40p.

\_\_\_\_\_, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In. SANTOS, B. de S. (Org.) **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, Cristhyane; MENDONÇA, Patrícia; GUEDES, Paulo. Modelos organizacionais para o desenvolvimento local integrado e sustentável: o estudo de caso do SEBRAE/BA. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 26, Salvador, 2002. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002. CD-ROM.

**RIGO, A. S.; SANTIAGO, A. M. S.; CARVALHO, D. M. de. Gestão de pessoas no agronegócio: uma pesquisa preliminar no Vale do São Francisco In: CONGRESSO DA SOBER, 45., Londrina-PR, 2007. Anais... Londrina: SOBER, 2006. CD-ROM.**

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (Org). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

**SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em 10/05/2009.**

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

---

<sup>i</sup> Este trabalho foi integralmente publicado no XI Colóquio Internacional sobre o Poder Local: Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios, realizado em Salvador, em dezembro de 2009.

<sup>ii</sup> Segundo a divisão do IBGE (2009), a microrregião de Juazeiro-BA compreende os seguintes municípios: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho, no estado da Bahia. Em Pernambuco, a microrregião de Petrolina-PE inclui os municípios de Afrânio, Dormentes, Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Cabrobó.

<sup>iii</sup> Conforme os dados analisados por Cordeiro Neto (2009), na dupla de municípios mais populosa da região, o Pólo Juazeiro-Petrolina, em 2000, o referido setor compreendia 21,78% do total de empregos formais, perdendo em participação apenas para o segmento de serviços. O setor agropecuário, ainda, havia ampliado, mais que qualquer outro, suas contratações ao longo da década de 1990 (353,60%) e contribuía, diretamente, com praticamente ¼ do PIB local em 2000.

<sup>iv</sup> Entre os dois municípios em questão, segundo Cordeiro Neto (2009, p. 37), há um certo descompasso, “evidenciando uma situação contrária entre os elementos carências sociais e desigualdade. Nessa perspectiva, enquanto Juazeiro-BA apresenta pobreza e indigência mais intensas do ponto de vista da proporção de indivíduos atingidos, é Petrolina-PE que presencia maior desigualdade e concentração de renda. O território vivencia, social e literalmente, a vizinhança entre os problemas de baixa renda e a má distribuição da mesma”.

<sup>v</sup> Além da coletivização dos meios de produção, Furtado (1984) lista a satisfação das necessidades básicas da coletividade e a adoção de uma postura ofensiva nos mercados internacionais a fim de aumentar a autonomia externa como o segundo e o terceiro modelo de experiências de “endogeneização do desenvolvimento”.

<sup>vi</sup> No caso da planificação centralizada, Furtado (1984) ainda destaca a possibilidade de emergência de um poder burocrático totalizante como uma ameaça de distanciamento entre os centros de decisão e a massa da população, como uma conseqüente nova estrutura de privilégios. Também faz menção às dificuldades inerentes ao plano das relações internacionais, visto que tal estratégia conduziria a dificuldades no acesso a tecnologia e ao financiamento externos.

<sup>vii</sup> A questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade. Referido como "local authority" em inglês, "communautés locales" em francês, ou ainda como "espaço local", o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas "tecnologias urbanas" (DOWBOR, 2008, p.4).

<sup>viii</sup> É válido ressaltar que essa pode ser uma limitação que instigue o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, banco de dados utilizado aqui, a incorporar outras variáveis na sua coleta de dados.